

## **O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA E AS MUDANÇAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

### **THE PEDAGOGICAL PROJECT OF THE PEDAGOGY COURSE AND THE CHANGES IN THE CONTEMPORARY SOCIETY**

*Marta Regina Furlan de Oliveira\**

#### **RESUMO:**

O presente Projeto Pedagógico de Curso - PPC centra-se na apresentação das diretrizes filosóficas, sociológicas, políticas, pedagógicas e éticas do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Desse modo, este Projeto evidencia a necessidade de um aprofundamento teórico-metodológico que historicamente vem sendo construído e reconstruído no processo de transformação da sociedade de forma ampla e da educação especificamente. Nesse sentido, o PPC é fruto das mudanças sociais que se expressam pelas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs no caso do Curso de Pedagogia. Essas diretrizes constituem no legado da educação que se configura em nível Nacional a partir das propostas do Ministério da Educação.

#### **ABSTRACT:**

The present Pedagogical Project of course - PPC is centralized in the presentation of philosophic, sociologic, political, pedagogical and ethics pattern of the Pedagogy Course of the Centro Universitário Filadélfia – Unifil. In this manner, the Project brings to evidence the need of to make a profound theoretical-methodological study that historically have been built and rebuilt in the transformation process of the society in a wide way and specifically of education. With this thought, the PPC is a result of the social changes that expresses the National Curricular Guideline – DCNs in the event of the Pedagogy Course. Those guidelines established in the educational legacy that are configured to a National Level from the Educational Ministry proposal.

69

#### **INTRODUÇÃO**

Esse PPC<sup>1</sup> configura suas reflexões a partir da Resolução CNE/CP no 1, de 15 de maio de 2006, que institui as DCNs para o Curso de graduação em Pedagogia.

Como organização do pensamento e apresentação didática desse Projeto de Curso, a proposta presente se faz primeiramente na intenção de apresentar as características institucionais; identificação do curso; perfil do curso; articulação entre ensino, pesquisa e extensão; instalações físicas e laboratórios específicos.

Nesse olhar interdisciplinar e contextualizado, verifica-se a necessidade de uma análise crítica do compromisso da educação e precisamente do Curso de Pedagogia para a formação do acadêmico, no aspecto pessoal e profissional, ou seja, que o Curso tenha o propósito de ir além da formação para a utilidade, uma vez que a concepção a partir de uma lógica de sociedade, educação e indivíduo deve precisamente extrapolar a lógica do mercado e da produção.

Diante de tal afirmativa, parte-se do pressuposto de que:

---

\* Docente e Coordenadora do Curso de Pedagogia da UniFil. Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina e Chefe de Divisão dos Centros de Educação Infantil / UEL. Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá

<sup>1</sup> Toda vez que anunciar PPC corresponde ao Projeto Pedagógico de Curso.

O indivíduo se forma e se transforma no trabalho e nas relações sociais de trabalho. Somente na história de vida prática dos homens cabe pensar a individualidade, que constitui o indivíduo, que o singulariza que o distingue, mas, ao mesmo tempo, não se encerra nele. Os traços, os caracteres físicos e psíquicos são deste ou daquele indivíduo, porque são sociais, ou seja, porque pertencem aos homens de uma determinada época e lugar (PALANGANA, 2002 p.7) (grifo nosso).

Desse modo, infere-se a necessidade de um PPC que garanta a qualidade e coerência na formação do professor-pedagogo, a fim de que expresse na sua prática pedagógica docente e ou de gestor da educação o compromisso com o saber historicamente construído e cotidianamente refletido e re-elaborado pelos profissionais envolvidos em todos os níveis de ensino e modalidades de educação.

Esse Projeto se constitui numa iniciativa e compromisso com a educação para emancipação do indivíduo. A todo o momento, teve-se a preocupação em não perder a crítica, bem como as diretrizes filosóficas, políticas e pedagógicas do Curso. Espera-se que seja concretizado numa ação coletiva entre professores, coordenador e alunos, a fim de tornar a formação dos professores para suas habilitações numa atuação para além da utilidade e do técnico, mas principalmente para a vida e que as intencionalidades contidas nesse Projeto possam despertar nos professores um novo repensar pedagógico, viabilizado por metodologias condizentes com a construção crítica do conhecimento elaborado.

Tem-se como objetivo geral a formação do Pedagogo para a atuação como Gestor da Educação, para o trabalho com as questões relativas à coordenação, à supervisão, à orientação e à administração escolar e à formação de professores para o exercício da docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A perspectiva de atuação do Pedagogo está pautada num trabalho articulador e complexo, visando ao desenvolvimento de competências profissionais relativas à Educação nos aspectos do processo de ensino-aprendizagem e de gestão da educação. O trajeto de formação dos futuros professores-pedagogos tem a duração de quatro anos sistematizados em licenciatura plena, com carga horária total de 3.380 horas.

## PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A intenção é desenvolver um projeto didático-pedagógico que contemple todas as alterações sócio-históricas observadas, sem desconsiderar a análise epistemológica do processo ensino-aprendizagem. Nessa proposta os fundamentos para a análise da realidade como também para a formação do Pedagogo consideram a necessidade da efetiva relação entre a teoria e a prática e da formação crítica do futuro profissional. Dessa maneira, o enquadramento epistemológico num único fundamento teórico-metodológico se configuraria como limitações diante das diversas correntes críticas que se preocupam com as análises no campo da Educação.

Desse modo, o currículo proposto neste PPC tem como princípios a transparência e a possibilidade de conduzir o futuro profissional a uma educação com vistas à superação da marginalidade provocada pelos novos paradigmas que não realizam a análise crítica da sociedade. Em decorrência disso, definem-se, neste PPC, programas de disciplinas, articulados de modo interdisciplinar, visando a corresponder às diretrizes filosóficas do Curso, bem como à concepção que se tem de sociedade, de educação e de indivíduo.

Compreender o aluno como sujeito social é o grande desafio do projeto, visto que a concepção sobre quem é o sujeito-aluno direciona uma prática intencional e comprometida com uma formação humanística. Sabe-se que a sociedade, historicamente, sofre grandes alterações em seus aspectos econômicos, culturais e políticos e, conseqüentemente, a educação sofre alterações decorrentes dessas mudanças sociais mais amplas.

Este PPC apresenta as intencionalidades, esperanças e concretizações sobre uma Educação Superior refletida nesta proposta de qualidade. Acredita-se que sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que forme a consciência crítica de pessoas qualificadas e preparadas nenhum país pode assegurar um desenvolvimento próprio, genuíno e sustentável, particularmente os países pobres e em desenvolvimento.

O PPC apresenta uma análise do Curso em seus aspectos filosóficos, políticos, metodológicos e curriculares que o compõem. Para tanto, busca-se a abordagem crítica do conhecimento, visto que contempla toda a prática pedagógica do Curso de maneira intencionada e emancipatória.

Em todos os lugares a educação superior se depara com grandes desafios e dificuldades relacionadas ao seu:

Financiamento, à igualdade de condições no ingresso e no decorrer do curso de estudos, à melhoria relativa a situação pessoal, ao treinamento com base em habilidades, ao desenvolvimento e manutenção da qualidade, pesquisa e serviços de extensão, à relevância dos programas oferecidos a empregabilidade de formandos e egressos, e acesso equitativo aos benefícios da cooperação internacional (UNESCO, 1998, p.11).

Em resposta à sociedade atual do conhecimento, pretende-se que a educação superior e a pesquisa possam atuar como componentes essenciais do desenvolvimento cultural e socioeconômico dos indivíduos, comunidades e sociedade global, sanando o déficit de conhecimentos e enriquecendo o diálogo entre os povos. Desse modo, é buscada uma educação superior no Curso que trabalhe com um contexto significativo tanto para professores como para alunos.

Para que a referida perspectiva seja atendida, compete às Instituições proponentes da Educação Superior Brasileira o cumprimento às determinações legais, que considerem, inicialmente, a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que no artigo 209 determina: O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas às seguintes condições: cumprimento das normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Nesse sentido, justifica-se o novo projeto considerando a Resolução CEPE no 67, de 25 de maio de 2006, que extingue as habilitações e a Resolução CNE/CP no 1, de 15 de maio de 2006, que institui as DCNs para o Curso de graduação em Pedagogia, Licenciatura.

Para que a educação crítica e transformadora se concretize, a formação do discente deve contemplar a concepção sócio-histórica do profissional da educação, definida pelo movimento dos professores com pleno domínio e compreensão da realidade social de seu tempo, com a consciência crítica que lhe permita transferir e transformar as condições da escola, da educação e da sociedade.

O Curso, ao respaldar-se na ideia de transformação, caminha para atender tal exigência, tendo em vista que a mudança se constitui pela reflexão e a ação, garantida pela estrutura curricular necessária para a formação profissional pretendida.

O Projeto trabalha na perspectiva de relação teoria e prática do conhecimento, de modo a superar a dicotomia entre a reflexão e a ação pedagógica. Para que essa relação se manifeste metodologicamente na formação dos futuros professores-Pedagogos, pensa-se na veiculação de uma proposta pedagógica curricular, visando à comunicação teoria-prática.

Entende-se que o Curso atende à Constituição Federal do Brasil e à LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ao contemplar a Educação Infantil, Anos Iniciais e Gestão Escolar como elementos importantes na formação do Pedagogo. O Curso, com extinção das habilitações, é resultado de um processo paulatino de reflexão e de iniciativas concretas que vão desde a afirmação dos direitos humanos à publicação de documentos e diretrizes que enfatizam a educação como direito básico e fundamental na formação de professores. Há reconhecimento de que o Curso tem como foco a formação do Professor e do Pedagogo, aliando docência e a atuação do Pedagogo em atividades de coordenação pedagógica, supervisão, orientação e administração (Resolução no 1, de 15 de maio de 2006).

Assim, as exigências cada vez mais presentes no campo da formação de professores propõem um repensar das estruturas atuais dos cursos de pedagogia, visando a superar a fragmentação entre as habilitações, considerando a docência como “a base da formação e da identidade profissional de todos os profissionais da educação” (FREITAS, 1999, p.35). Em função disso, justifica-se a necessidade de reestruturação do Curso, considerando importantes os princípios abaixo listados:

- o Curso, tendo a pesquisa como princípio educativo, tem por meta a formação de um profissional que seja capaz de articular os objetivos educacionais, com base nos pressupostos sócio-históricos, políticos e culturais às diferentes abordagens metodológicas;
- os profissionais formados no Curso poderão atuar no Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio, no Magistério para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, no Magistério para a Educação Infantil e na Gestão Pedagógica;
- a formação do Pedagogo está contemplada em cinco grandes eixos: Educação e Sociedade; Conhecimento, Currículo e Gestão; Conhecimento sobre a Docência; Conhecimentos sobre a Pesquisa em Educação e Estágio Curricular Obrigatório;
- a formação docente do Pedagogo ocorre nas dimensões: desenvolvimento pessoal e social, expressivo-comunicativa, domínio da especialidade, pedagógico-didática, histórico-social, institucional-administrativa e investigativa; e
- o Pedagogo da atualidade deve ser um profissional preparado para intervir nas diferentes situações apresentadas pela Educação Brasileira. Para isso, necessita de sólida formação teórica e preparo específico para a intervenção prática, tendo por pressuposto que a condição de professor constitui sua identidade básica, a qual se agrega a de profissional preparado para atuar na política e na administração educacional, conforme a LDB, Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Corazza (1991, p.84) apresenta a seguinte argumentação sobre o conhecimento na formação do professor:

É nessa perspectiva que o Curso se compromete com a atuação do Professor e do Pedagogo que trabalha com a docência na Educação Básica, destinada à formação do educando para que se torne cidadão consciente, com condições de participação social, de compreensão do mundo do trabalho e com possibilidades de prosseguir nos estudos; buscando a valorização do homem enquanto sujeito histórico que interage com outros homens e consigo.

Em caráter de ensino, é dado o crescente desempenho e busca pelo saber científico, superando o saber do “senso comum”, sensorial concreto ou empírico para um novo concreto mais elaborado, pensado. Em consequência, dá-se importância à qualidade na formação oferecida aos professores e à qualidade do ensino prestado pela instituição de ensino superior.

A concepção que fundamenta a pesquisa atribui importância e valorização da iniciação científica, independente de pressões políticas e ideológicas, características da sociedade brasileira atual. Pela pesquisa, visa-se a contribuir ainda mais para o desenvolvimento amplo da sociedade. É em resposta a essa dimensão que o Curso de Pedagogia tem, de maneira efetiva, um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC que envolve a discussão científica ao longo dos três anos, a partir das disciplinas: Metodologia da Pesquisa Científica aplicada à Educação e TCC.

Em se tratando da extensão, as propostas envolvem as intervenções nas práticas pedagógicas que possam viabilizar um trabalho comprometido para e com a comunidade, atendendo às suas necessidades e a seus interesses.

### Perfil do Curso

Considerando a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando a Resolução CNE/CP no 1, de 15 de maio de 2006, que institui as DCNs para o Curso de graduação em Pedagogia, licenciatura;

Considerando a Resolução CEPE no 67, de 25 de maio de 2006, que extingue as Habilitações: Docência na Educação Infantil; Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Escolar; para o Projeto Pedagógico a ser ofertado a partir do ano letivo de 2007 (no segundo semestre);

Considerando que cada curso de graduação tem um currículo pleno, organizado de acordo com a legislação em vigor, devendo ser cumprido integralmente pelo estudante, a fim de que possa qualificar-se para a obtenção de um grau acadêmico;

Considerando a docência como a base do trabalho pedagógico;

Considerando a formação de profissionais para a educação como atividade fundamental do Centro Universitário Filadélfia;

Considerando o art. 7º do Processo no 23001.000188/2005 o Curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim atribuídas: 2.800 horas dedicadas às atividades formativas; 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas e 100 horas de atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e monitoria; e;

Considerando essas diretrizes, o Curso está assim estruturado: 2800 horas de carga horária do curso, acrescidas de: a) 370 horas de Estágio Supervisionado; b) 140 horas de Atividades Acadêmicas Complementares (AAC); e c) 70 horas de Trabalho de Conclusão de Curso, totalizando a carga horária de 3.380 horas.

O Curso é voltado para a formação do Pedagogo, profissional capaz de conciliar a reflexão crítica e uma visão ampla sobre Educação com a ação consistente e eficiente na sala de aula e fora dela, como também para a ação do Pedagogo dentro e fora da sala de aula. A Pedagogia, diferente dos Cursos Normais Superiores que contemplam a formação específica do professor, precisa contemplar também a formação do gestor da Educação.

Nesse sentido, o egresso do Curso conhecerá o planejamento, a organização, a coordenação, a administração e a supervisão de uma instituição acadêmica. A proposta do Curso é também a de formar o professor profissional do ensino, da pesquisa e extensão, para atuar em várias instâncias educativas. Busca-se uma ação pedagógica tecnicamente competente e que, politicamente, garanta o acesso e a permanência de alunos na escola, principalmente na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Ainda, o Curso tendo a pesquisa como princípio educativo, tem por meta a formação de um profissional que seja capaz de articular os objetivos educacionais, com base nos pressupostos sócio-históricos, políticos e culturais às diferentes abordagens metodológicas.

A indissociabilidade entre teoria e prática na formação do Pedagogo é o princípio básico do curso; sendo privilegiada em todo o processo para que a apreensão do fenômeno educativo ocorra de forma gradual, dialógica e integrada.

Dessa forma, a perspectiva interdisciplinar está contemplada a partir da inter-relação entre todas as atividades do curso: disciplinas práticas, estágios, pesquisa (TCC) e pela participação dos estudantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, o Curso pauta-se na Resolução no 1, de 15 de maio de 2006, que institui as DNCs para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura.

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos do sistema de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP no 5/2005 e 3/2006. <sup>2</sup>

74

Assim, o Curso apresenta a formação teórico-prática para a formação do professor e Pedagogo, tendo no artigo 4o, o seguinte respaldo legal:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se a formação de professores para exercer funções de magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; nos cursos de Ensino Médio, na modalidade normal, de Educação profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (Idem, p.11)

Com o novo projeto o Curso passa a ter duração de 4 anos, sendo que apresenta em seu currículo 2.730 horas de disciplinas obrigatórias, 300 horas de Estágio Supervisionado em Educação Infantil, Anos Iniciais e Gestão Escolar e Não Escolar, 70 horas de Trabalho de Conclusão de Curso e 100 horas de Atividades Acadêmicas Complementares, totalizando a carga horária do curso de 3.200 horas.

As habilitações que até o processo seletivo de 2007 existiam (Docência na Educação Infantil, nas Séries Iniciais e Gestão Escolar) a partir de 2008 entram em regime de extinção, possibilitando aos acadêmicos de Pedagogia a formação para essas instâncias da educação a partir

<sup>2</sup>DIÁRIO OFICIAL, n° 92 seção1, pag.11. Brasília – terça feira, 16 de maio de 2006.

dos encaminhamentos das DNCs de Formação Comum para a Docência na Educação Básica, contemplando áreas ou modalidades de ensino que proporcionem aprofundamento de estudos, inclusive na formação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a Educação Básica.<sup>3</sup>

Em se tratando dos aspectos legais do Curso de Pedagogia, a trajetória das Licenciaturas apresenta um marco profundo constituído desde 1996, quando da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Essa Lei promoveu as bases para o surgimento de uma série de documentos para regulamentar a formação do Professor e do Pedagogo. Tais documentos constituem os principais pontos de partida para as discussões e proposições a respeito do assunto e, por este motivo, considera-se fundamental citá-los. São eles:

- Resolução CNE/CP nº 02, de 1997 - Dispõe sobre os programas especiais de formação de docentes para as disciplinas do currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional em nível Médio.
- Resolução CNE nº 01, de 30 de setembro de 1999 – Dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação, considerados os artigos 62 e 63 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e o artigo 9º, parágrafo segundo, alíneas “C” e “H”, da Lei no 4.024, de 1961, com a redação dada pela Lei no 9.131, de 1995.
- Decreto nº 3276, de 6 de dezembro de 1999 – Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na Educação Básica e dá outras providências.
- Decreto nº 3554, de 2000 – Dá nova redação ao parágrafo segundo do artigo terceiro do Decreto no 3276, de 6 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na Educação Básica.
- Parecer CNE/CP nº 009, de 2001, – DNCs para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior – curso de licenciatura, de graduação plena.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 04 de fevereiro de 2002 – Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- Resolução CNE/CP nº 5, de 01 de maio de 2006 - Institui DNCs para o Curso de Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP nº 5/2005 e nº 3/2006.

75

A partir dos referidos documentos, para as finalidades do ensino e da educação do ensino superior, consideram-se como princípios orientadores da reestruturação da Estrutura Curricular do Curso as concepções de sociedade, de educação e de indivíduo que partem da Filosofia, da História, da Sociologia e da Psicologia, que precisam ser contempladas nas ações, por meio dos conceitos veiculados e das metodologias aplicadas para a efetivação dos mesmos em cada área de conhecimento que o professor-pedagogo precisa conhecer.

Tais princípios estão de acordo com a Declaração Mundial sobre Educação Superior: estreitamento de vínculos entre a educação superior e a pesquisa científica; educação superior como catalisador para todo o sistema de ensino com inclusão de propostas permanentes; redefinição

<sup>3</sup> DESPACHO do Diretor, 06 de julho de 2006 – ano 130 seção I, pag. 08 – Brasília, segunda-feira, 10 de julho de 2006.

do papel das instituições, bem como a restauração de um espaço permanente de aprendizagem; ênfase no ensino e na pesquisa, considerando como elementos intimamente relacionados à produção do conhecimento; formulação de políticas transparentes; definição da missão de acordo com as necessidades presentes e futuras da sociedade; rigor ético, científico e intelectual; cultivo da autonomia e criatividade cultural; participação do corpo docente no ensino, pesquisa e acompanhamento de estudantes, bem como veiculação de projetos de extensão; desenvolvimento de habilidades e competências, reforçado com o uso de novas tecnologias.

Parte-se do pressuposto de que os aspectos intelectuais, físicos, emocionais e sociais são importantes no desenvolvimento e na vida do indivíduo. Razão para pontuarem-se os aspectos metodológicos do ensino no Curso, já que desses depende a consecução de muitas de suas finalidades, orientando os conteúdos estritos de ensino. A metodologia e a importância da experiência estão ligadas indissolavelmente ao conceito de currículo, assim como o repensar da cultura em termos de vivências, possibilitado pela provocação de situações problemáticas. O Curso vincula-se, assim, a uma perspectiva pedagógica crítica, que atenda à peculiaridade e à necessidade dos alunos, por meio de uma metodologia e experiências planejadas. Englobam-se as intenções, os conteúdos das atividades disciplinares com fins político-pedagógicos.

Como resposta, a preocupação básica é a formação inicial do profissional, tornando-o apto para atuar no mundo social e no trabalho, buscando, ao mesmo tempo, uma educação para a emancipação do indivíduo por meio da reflexão e da análise crítica da Educação brasileira. Isso implica novas aprendizagens, mediante a interação teoria e prática e a produção de novos conhecimentos.

Segundo Freitas (1999, p.32) existem princípios orientadores do exame e análise das propostas de estrutura e organização curricular e institucional do curso de formação de profissionais da educação, os quais podem ser assim sistematizados:

- sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educativo e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como o domínio dos conteúdos específicos;
- diálogo entre teoria e prática que implica assumir uma postura crítica e participativa em relação à produção de conhecimento e que altera a organização curricular do Curso;
- gestão democrática como instrumento de luta contra a gestão autoritária na escola, sendo entendida como superação do conhecimento de administração técnica a fim de apreender o significado social nas relações de poder que se reproduzem no cotidiano da escola;
- compromisso social e político do profissional da educação, com ênfase na concepção sócio-histórica do educador; e
- formação inicial articulada à formação continuada, assegurando solidez teórico-metodológica na formação do educador infantil e diálogo permanente com o mundo do trabalho e além dele.

É com base nesses princípios que este Curso orienta-se, buscando uma análise reflexiva da Educação com ações claras e contextualizadas.



## Princípios Metodológicos

A preocupação do Curso pauta-se em discussões que procuram expressar a formação geral do professor-Pedagogo, por meio de disciplinas coerentes, tanto para atuar em atividades de coordenação, orientação, supervisão e gestão escolar quanto para a docência.

A preocupação é que a formação aqui apresentada venha expressar a discussão do Curso, bem como os objetivos, de modo que o professor numa teoria crítica da educação possa desenvolver um trabalho em prol da autonomia, da reflexão, do diálogo e da emancipação do sujeito. Como instrumentalização, os professores do Curso devem propor problemáticas para que os alunos busquem os desafios. Para tanto, a interdisciplinaridade das disciplinas do Curso é importante, de modo que todos participem do mesmo propósito, ou seja, que os professores-Pedagogos que se formarem na UniFil nas referidas habilitações possam trabalhar sob os mesmos objetivos e pontos de referências.

Para tanto, é imprescindível que no Curso de formação de professores-Pedagogos possa-se ampliar a atuação do professor para além da sala de aula, com atividades que envolvam outros profissionais e a comunidade. De modo que haja a superação da dicotomia entre teoria e prática, propiciando um trabalho coletivo, onde as interações entre professores e alunos sejam instrumentos significativos para um trabalho intencional e contextualizado.

A formação dos profissionais de educação deve incluir o conhecimento técnico e o desenvolvimento de habilidades para realizar atividades variadas, particularmente as expressivas e para interagir com os educandos. Assim, os cursos de formação devem assumir a formação relacionada com a produção, pelas pesquisas criteriosamente formuladas, de um conhecimento sistematizado e interdisciplinar sobre o desenvolvimento e a aprendizagem.

A preocupação do Curso consiste na formação do professor e do Pedagogo. Assim, nessa atuação do Pedagogo, tem a preocupação em desenvolver a formação para além da docência, formando o Pedagogo para atuar em atividades entendidas com a organização do trabalho pedagógico a ser desenvolvido no campo do planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação do processo educativo e do trabalho administrativo. Destarte, o Curso oferece disciplinas que possibilitam o entendimento transparente sobre quem é o gestor e qual seu compromisso político-pedagógico.

Os programas das diversas disciplinas são elaborados pelos respectivos professores e aprovados em reunião do Colegiado do Curso. Tem-se a preocupação de construir programas e planos de ensino integrados com inter-relacionamento dos conteúdos das disciplinas, o que distancia de um currículo fragmentado e parcelado.

## Organização Curricular

A proposta pedagógica do Curso está apoiada num projeto de rompimento de toda a estrutura incentivadora da exclusão, marginalização, seletividade, rompendo com a Mercoescola (GENTILLI, 1995), a escola comprometida essencialmente com o mercado, centralizada em seus conteúdos e métodos, os quais se comprometem em contribuir para o continuísmo da situação excludente.

Desse modo, o entendimento claro sobre currículo supera a visão de ensino-mercado. Sabe-se, contudo, que para isso se concretizar é necessário que desconstrua a concepção de currículo fragmentado, linear, compartimentado e reprodutor para uma construção de currículo que viabilize a emancipação humana dos alunos do Curso de Pedagogia como sujeitos políticos e profissionais.

Para Gimeno Sacristán (2000) o currículo é entendido como algo que adquire forma e significado educativo à medida que sofre uma série de processos de transformação dentro das atividades práticas. Conforma-se como prática realizada em contexto, uma vez que deixa claro seu significado cultural. A qualidade da educação e do ensino é expressão da cultura que nela se desenvolve, que ganha significado educativo por meio das práticas e dos códigos que a traduzem em processo de aprendizagem para os alunos.

A prática a que se refere o currículo, no entanto, é uma realidade prévia muito bem estabelecida através de comportamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos, etc. atrás dos quais se encobrem muitos pressupostos, teorias parciais, esquemas de racionalidade, crenças, valores, etc.; que condicionam a teorização sobre o currículo (GIMENO SACRISTAN, 2000, p.13).

O entendimento crítico e consciente sobre o currículo é crucial para que haja uma proposta pedagógica emancipatória e construtora de conhecimento elaborado. Assim, é de suma importância entendê-lo como a concretização dos fins sociais e culturais, de socialização que se atribui à educação escolarizada. O currículo relaciona-se com a instrumentalização concreta que faz da escola um determinado sistema social, pois é por seu intermédio que lhe dota de conteúdo e objetivos que se expressam por meio de usos quase universais em todos os sistemas educativos, embora por condicionamentos históricos e pela peculiaridade de cada contexto.

Gimeno Sacristán (2000, p.15) completa, ainda, com a seguinte colocação sobre o currículo:

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias [...] das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino.

São pelo currículo que se concretizam todas as diretrizes filosóficas e políticas, bem como as concepções sobre sociedade, educação, indivíduo e ética<sup>4</sup>. Para tanto, a proposta de discutir nesse projeto se dá por se acreditar num currículo não como conceito abstrato que tenha algum tipo de conceito fora e desvinculado da experiência humana, mas como uma construção histórica e cultural, refletido numa série de práticas educativas intencionais. Segundo Lundgren (apud GIMENO SACRISTÁN, 2000, p.16) “é o que tem atrás toda educação, transformando suas metas básicas em estratégias de ensino”.

Assim, entende-se currículo e conhecimento como expressão de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num determinado momento, enquanto que por seu intermédio se realizam os fins da educação no ensino escolarizado. O currículo reflete o conflito entre interesses dentro de uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos.

<sup>4</sup>A ética permeia todas as disciplinas do curso na qualidade de tema transversal, uma vez que nas discussões encaminhadas pelos docentes, esta deve ser defendida no discurso teórico e na prática pedagógica.

Desse modo, acredita-se que o currículo do Curso reflete as significativas concepções de sociedade, de educação e de sujeito. Para tanto, no que se refere à metodologia de ensino e aprendizagem, o curso preocupa-se em desenvolver atitudes e atividades de investigação, de reflexão crítica e de participação ativa dos alunos na articulação dos conteúdos novos com os anteriores que já trazem.

A teorização é um processo fundamental para a apropriação crítica da realidade, uma vez que ilumina e supera o conhecimento imediato e conduz à compreensão da totalidade social. Entretanto, a preocupação pela experiência do aluno está ligada historicamente aos movimentos de renovação do ensino superior, firmando-se na formação humanista e social.

Gimeno Sacristán (2000, p.41), salienta:

O currículo desde uma perspectiva pedagógica e humanista, que atenda à peculiaridade e a necessidade dos alunos, é visto como um conjunto de cursos e experiências planejadas que um estudante tem sob a orientação de determinada escola. Englobam-se as intenções, os cursos ou atividades com fins pedagógicos, etc.

Nesse sentido, o currículo do Curso centra sua perspectiva na dialética teoria-prática, que a partir do contexto democrático, desemboca em propostas de maior autonomia, diálogo, interação etc. É o discurso mais coerente para relacionar os diferentes círculos dos quais procedem as determinações para a ação pedagógica, com uma melhor capacidade explicativa, ainda que dela não sejam dedutíveis simples “roteiros” para a prática.

Assim, pensa-se em um currículo, que seja, segundo Gimeno Sacristán (2000, p.49), “um artefato intermediário e mediador entre a sociedade exterior às escolas e as práticas sociais concretas que nelas se exercitam como consequência do desenvolvimento do currículo”.

Desse modo, esta dimensão da teoria-prática curricular no Curso não anula a proposição do currículo como projeto cultural, mas sim, partindo dele, analisa como se converte em cultura real para professores e alunos, incorporando a especificidade da relação teoria-prática no ensino, como uma parte da própria comunicação cultural nos sistemas educativos e nas aulas. O currículo é método, além de conteúdo, não porque nele se enunciem orientações metodológicas, proporcionadas, neste caso, pelas disposições oficiais, por razões de seu formato e pelos meios com que se desenvolve na prática, condiciona a profissionalização dos professores e a própria experiência dos alunos ao se ocuparem de seus conteúdos culturais.

É mediante essa perspectiva de currículo, que se constitui a estrutura curricular do Curso, tendo como formação os princípios fundamentados na “interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética”. (Resolução no 92 de 1 de maio de 2006).

De modo a atender a essas diretrizes, o Curso se preocupa em proporcionar aos educadores espaços para reflexão de sua prática pedagógica; oportunizar um aprofundamento teórico capaz de explicar e de desenvolver um trabalho comprometido com o sujeito aprendiz; viabilizar pesquisas, leituras, discussões, práticas pedagógicas em Educação Infantil e Anos Iniciais que possam contribuir diretamente com a prática docente.

O currículo do Curso está organizado em seriação anual, integrado por disciplinas teóricas e práticas, com carga horária total 3.380<sup>5</sup> h/a, seguindo os parâmetros da Resolução CNE/CP no 1 de 15 de maio de 2006<sup>6</sup>, que determina as seguintes dimensões:

- 2.800 horas de disciplinas anuais para os conteúdos curriculares de natureza científica – cultural e prática.
- 370 horas de Estágio Supervisionado distribuídas nos três últimos anos com a disciplina de Estágio Supervisionado em Educação Infantil (140 horas), Estágio Supervisionado em Gestão Escolar e Não-Escolar (70 horas), Estágio Supervisionado em Anos Iniciais do Ensino Fundamental (160 horas).
- 140 horas de Atividades Acadêmicas Complementares, com carga horária distribuída em participação em atividades: Seminários, Eventos, Congressos, Cursos de Extensão, Projetos de Pesquisa, dentre outros. Essas participações devem ser realizadas em atividades que contemplem as discussões do referido Curso, devendo ser realizadas no decorrer dos quatro anos.
- 70 horas de Trabalho de Conclusão de Curso, que tem início a partir do segundo ano do curso com a disciplina de Metodologia do Trabalho Científico.

Embora constituída a organização curricular, o projeto do curso evidencia a importância da flexibilização curricular, haja vista que os princípios da flexibilização propostos estão relacionados à visão do ensino centrada na atividade do aluno, exigência de construção do conhecimento na relação com a realidade profissional e com a busca da interdisciplinaridade.

A flexibilização curricular visa a uma formação profissional, com a exigência de novas e amplas competências, bem como o domínio de muitas habilidades; a construção de uma relação mais reflexiva com o conhecimento; e ainda, uma visão de ensino que preconiza o aprender a aprender.

Dado à volatilidade das descobertas científicas e do avanço tecnológico é necessário desenvolver a capacidade do aluno de buscar, problematizar e criar, considerando que esta será uma atitude permanente na sua vida profissional.

A estrutura curricular um pouco mais flexível permite aos poucos o desenvolvimento de uma estrutura que possibilite ao aluno participar do processo de formação profissional com escolha de disciplinas e atividades acadêmicas que complementem sua formação, buscando um ensino não necessariamente confinado à sala de aula, no qual teoria e a prática são articuladas para que os alunos desenvolvam a capacidade de estruturar e de contextualizar problemas e buscar soluções alternativas.

A proposta é de um processo dinâmico de ensino e aprendizagem com metodologias ativas além das aulas tradicionais, possibilitando ao aluno ampliar os horizontes do conhecimento e a aquisição de uma visão crítica que lhe permita extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional além de um grande estímulo à aprendizagem permanente.

A flexibilização curricular também compreende, tanto quanto possível, uma aprendizagem articulada à pesquisa e à investigação no contexto onde está inserido o curso e uma relação

<sup>5</sup> A carga horária total das disciplinas soma 2.800 horas, acrescidas de 140 horas de Atividades Acadêmicas Complementares, conforme Resolução CONSEPE no 0001/2003, que Regulamenta os procedimentos de registro de atividades acadêmicas complementares da UniFil.

<sup>6</sup> CNE. Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006. Seção 01, página 11.

diferenciada entre professor e aluno buscando descentralizar o processo de ensino do professor valorizando o aluno como ser que aprende, que estuda, recria e interpreta o conhecimento.

O currículo do Curso está organizado em seriação anual, integrado por disciplinas teóricas e práticas, com carga horária total 3.380 horas aulas<sup>7</sup>, seguindo os parâmetros da Resolução CNE/CP no 1 de 15 de maio de 2006<sup>8</sup>.

Destarte, o currículo do curso compreende, ainda, a flexibilização curricular, tão elucidada no PDI e PPI da UniFil, sendo evidenciada no Curso por meio de situações diversas, sejam elas abaixo nomeadas e esclarecidas:

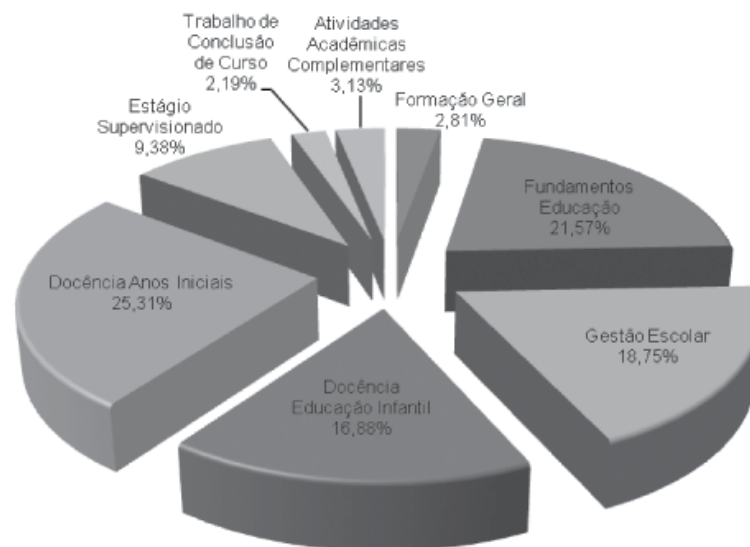
- **Flexibilização nas Atividades Acadêmicas Complementares:** os alunos no final do curso devem apresentar 140 horas/atividade de situações vivenciadas em diversas instâncias educativas de ensino superior, na promoção de eventos, simpósios, congressos, workshops, oficinas, jornadas científicas, semanas científicas e, em caráter de temáticas também diversificadas da área de educação, sejam: educação especial, educação de jovens e adultos, Educação Infantil, Anos Iniciais, Gestão Escolar, pedagogia empresarial, pedagogia hospitalar, pedagogia escolar, enfim, temas que sejam coerentes à formação de Pedagogo e que estejam atualizados em relação às Diretrizes Curriculares do Ensino Superior, bem como às habilidades e competências para essa formação.
- **Flexibilização do Estágio Curricular Não Obrigatório,** uma vez que desde o primeiro ano do curso é oportunizado ao aluno, seja pelo Instituto Filadélfia – Colégio Londrinense, seja por outros espaços educativos (Centros de Educação Infantil Municipal, Filantrópico e Particular); sócio-educativos (Meprovi Pequeninos, Instituições Filantrópicas); hospitalares (brincar no hospital, Por meio de estágio em trabalhos desenvolvidos pelas Ongs, e outros); e outros. Assim, o aluno a partir dessas experiências constrói o conhecimento articulando a teoria e a prática, sendo esta tão buscada na formação do Pedagogo.
- **Flexibilização de Temáticas** que são oferecidas anualmente pela coordenação do curso para os alunos de acordo com seus interesses. Esses temas são trabalhados por cursos de extensão, em que alunos podem optar por temas de seu interesse e em articulação dos temas com os projetos de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
- **Flexibilização das Oficinas de Metodologias do Ensino** em que no final de último ano do curso, os alunos ministram oficinas pedagógicas interdisciplinares para a comunidade em geral, em específico para a comunidade escolar e não escolar em que serviu de campo de estágio obrigatório e não-obrigatório.
- **Flexibilização nos temas de pesquisa** referente ao Trabalho de Conclusão de Curso, em que desde o primeiro ano o aluno tem a oportunidade de vivenciar no curso situações diversas de aprendizagem, bem como participar de discussões a partir de temáticas variadas com o propósito de construir objetivos e intenções individuais para a elaboração e culminância do trabalho de pesquisa em bancas examinadoras de TCC.

<sup>7</sup> A carga horária total das disciplinas soma 2.800 horas, acrescidas de 140 horas de Atividades Acadêmicas Complementares, conforme Resolução CONSEPE no 0001/2003, que Regulamenta os procedimentos de registro de atividades acadêmicas complementares da UniFil.

<sup>8</sup> CNE. Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006. Seção 01, página 11.

- **Flexibilização de Atividades Extra-Classe:** por meio dessas atividades o aluno poderá expressar seus conhecimentos de diversas formas e em contextos diferentes, uma vez que a proposta curricular do curso preocupa-se em extrapolar a visão de ensino a partir e somente da sala de aula. A proposta visa extrapolar essa visão em favor de uma formação mais significativa para o aluno-Pedagogo, vivenciando diversas experiências educativas em passeios em espaços de referência na área, sejam eles: espaços educativos, museus, eventos, congressos, atividades voltadas à comunidade em geral (crianças, adolescentes, jovens e adultos), espaços da saúde (hospitais, orfanatos, espaços sócio-educativos) entre outros, em intenção de confrontação e articulação com uma formação viva, real e existencial, longe de qualquer leitura idealizada e alienada da realidade social e histórica atual.

#### Representação Gráfica do Perfil de Formação:



82

A carga horária disposta no currículo é mensurada em 60 minutos, totalizando 3.200 horas, em obediência ao Artigo 3o da Resolução no 3 de 2 de julho de 2007, que estabelece que “a carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo”.

#### Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

Em se tratando da avaliação do processo ensino e aprendizagem, verifica-se que ao final de cada bimestre letivo é atribuída ao aluno uma média resultante de, pelo menos, duas avaliações, independente da carga horária da disciplina ou atividade acadêmica. A forma e os critérios estabelecidos para obtenção das médias bimestrais de cada disciplina devem constar dos Planos de Ensino aprovados pelo Colegiado de Curso, os quais devem ser comunicados aos alunos no início do ano letivo. Das avaliações é pertinente destacar que uma delas deve ser em formato de prova individual e sem consulta.

Será concedido exame final ao aluno que, com frequência mínima de setenta e cinco por cento, obtiver na disciplina média inferior a setenta e igual ou superior a quarenta.

Cabe ressaltar que a avaliação no Curso acontece de forma diferenciada, atendendo aos seus fundamentos, objetivos e propostas metodológicas. Partindo da necessidade de aliança entre teoria e prática, com diagnóstico da realidade, desenvolvimento de pesquisa nas disciplinas, atividades em grupo e individuais, trabalho de construção escrita e verbal, apresentações diversas (teatros, músicas, dinâmicas) e avaliações de conteúdo. A autoavaliação ocorre a partir de cada disciplina, sendo os resultados debatidos em reunião de Colegiado, integrando-se à avaliação institucional.

A avaliação do aproveitamento escolar será feita por atividade acadêmica, por meio da utilização das seguintes técnicas e instrumentos:

- de caráter obrigatório: prova individual, considerando que o registro escrito deve explicitar o aprofundamento de estudos, a análise e reflexão sobre a temática com base referencial no teórico e nas possibilidades de projetar a intervenção na realidade; e
- de caráter complementar: trabalhos individuais ou em grupos: seminários, fichamentos de livros, análise de filmes, debates, dentre outros, realizados obrigatoriamente por bimestre.

A avaliação do aproveitamento escolar será expressa por meio de nota, de 0 a 100, sem casa decimal. Ao final de cada período letivo será atribuída ao estudante, em cada disciplina, uma nota final resultante da média das 4 notas dos bimestres. A aprovação do aluno será para quem obtiver média final igual ou superior a 70 e frequência de, no mínimo, 75% da carga horária prevista.

A reprovação do estudante após a publicação da média final ocorre por falta quando não cumpre 75% de frequência; por nota, quando obtém média final inferior a 40 e, por falta e por nota, se estiver simultaneamente nas duas condições anteriores.

Quanto às avaliações das AACs de natureza especial – Estágio Supervisionado e TCC devem atender aos objetivos dos respectivos regulamentos, não sendo necessária a apresentação de notas bimestrais, mas semestrais, sendo que terão sistemas de avaliação próprios.

Será promovido à série seguinte o aluno que: tiver sido aprovado em todas as disciplinas da(s) série(s) anterior(es); tiver reprovado, por nota ou por falta, em até duas disciplinas da(s) série(s) anterior(es), que serão cursadas em regime de dependência. O regime de dependência poderá ser cumprido de duas formas distintas: em regime presencial, sendo o estudante incluído em turma já existente, fora do turno em que se encontra matriculado, ou com orientações semanais e avaliações previstas em cronograma a partir de disciplinas especiais com atendimento de um professor.

Fica com a matrícula retida na série o estudante que: reprovar por nota ou por falta em três disciplinas ou mais (exceto se forem disciplinas especiais e/ou eletivas); reprovar simultaneamente, por nota e por falta, em qualquer atividade acadêmica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas demandas da sociedade contemporânea exigem uma formação que articule a competência científica e técnica, com a inserção política e a postura ética. Só se ganha competência científica se cada curso de graduação conseguir familiarizar os alunos com os fundamentos que sustentam a área científica que informa cada área do conhecimento. Esse processo requer domínio da evolução histórica da respectiva ciência, domínio dos métodos e linguagens que geraram seus distintos contornos, o diálogo com os “clássicos” respectivos. É na base desses fundamentos que se pode construir o “aprender a aprender”, condição para o exercício profissional criativo,

aquele que não se exaure nos rápidos processos de obsolescência que afetam, hoje, todo exercício profissional.

Positivamente, a lógica dessa formação é a da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ensino com extensão aponta para a formação contextualizada às agudas questões da sociedade contemporânea. Ensino com pesquisa aponta para o verdadeiro domínio dos instrumentos nos quais cada profissão se expressa em seu próprio processo evolutivo. Nesse contexto, o conceito da indissociabilidade requerido para o ensino da graduação não se reduz nem ao processo de produção do saber novo, nem às práticas de intervenção direta nos processos sociais, embora não se possa negar a pertinência da pesquisa e extensão em si.

Evidentemente, esse conceito pedagógico exige um diálogo interdisciplinar, uma organização curricular que acolha, ao eixo científico básico que informa a área de conhecimento relacionada à atuação profissional, a contribuição de ciências conexas. Ele supõe, igualmente, educadores afeitos às questões da investigação e às indagações acerca dos rumos da sociedade contemporânea.

Um dos objetivos desse PPC é proporcionar o envolvimento crescente dos discentes nos programas de pesquisa e extensão, sincronizados com a política geral da UniFil para essas atividades, visando à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A capacidade de contemplar o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa (pesquisa) e a abertura ao meio externo à Universidade (extensão), estabelecida pelo Projeto Pedagógico de cada curso, oferecerá uma nova referência para a dinâmica na relação professor-aluno e desenhará um novo contexto para o processo ensino/aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

84

ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Cap. 8. Educação e Emancipação.

ALTMAN, Raquel Z. (org). A classificação dos brinquedos. In: FRIEDMANN, Adriana et al. O direito de brincar: a brinquedoteca. São Paulo: Scritta: ABRINQ, 1992.

ARAÚJO, Karina de Toledo. Jogos, inteligência e pensamento: a construção de conhecimentos para além do ensino da educação física. Maringá, 2003. (Dissertação de Mestrado).

AROEIRA, M. L. C.; SOARES, M. I. B.; MENDES, R. E. A. Didática de pré-escola: vida criança: brincar e aprender. São Paulo: FTD, 1996.

BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BIZERRA, M. C. Alternativas didáticas: lições da prática. Revista de Educação AEC, Brasília, vol. 29, n.116, pp.41-53, julho-set 2000.

BOMTEMPO, Edda. Brinquedos: necessidades e limitações. In: Psicologia da Aprendizagem: área de aplicação. São Paulo: EPU, 1985.

COELHO, I. Diretrizes Curriculares e Ensino de graduação. 1998.



CUNHA, Nylse Helena Silva. Brinquedoteca: um mergulho no brincar. 3 ed. São Paulo: Vetor, 2001.

FREITAS, Helena C.L. A reforma do ensino superior no campo da formação dos professores da educação básica. In: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, Campinas: CEDES, XX (68), 17-44, dez. 99.

FURLAN, Marta Regina. A construção do “ser” criança na sociedade capitalista. UEM, Maringá, 2003. (Dissertação de Mestrado).

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

GORENDER, J. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. 1997 p. 311

KAMII, Constance; DeVRIES, Rheta. Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria de Piaget. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.

KAMII, Constance; DeVRIES, Rheta. Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria de Piaget. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 1994.

MACHADO, N.J. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, Karl H. O Capital. São Paulo: Difel, 1984, Livro 1, vol. I, cap. XII - Divisão do Trabalho e Manufatura.

\_\_\_\_\_. O Capital. São Paulo: Difel, 1984, Livro 1, vol. I, capt. XIII - A Maquinaria e a Indústria Moderna.

MEC, Proposta de Diretrizes para a Formação inicial de Professores da Educação Básica, em curso de nível superior – MEC, 2000 p.35

MICHELET, André. Classificação de jogos e brinquedos – a classificação I.C.C.P. In: FRIEDMANN, Adriana et al. O direito de brincar: a brinquedoteca. São Paulo: Scritta: ABRINQ, 1992.

PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social. 3. ed. São Paulo: Summus, 2001.

PINTO, Ana Maria Rezende. O Advento da Automação Flexível e a Formação do Trabalhador: fim da atividade fragmentária? emergência da multiabilitação profissional? o horizonte entreaberto na década de 80. Revista Tempo Brasileiro - Sistema educacional e Novas Tecnologias. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, no 105, 1991.

RAYS, Oswaldo Alonso. Lacunas político-pedagógicas na formação do educador. Santa Maria, UFSM, 1989.

- SACRISTAN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma Pedagogia do Conflito. In: SILVA, Luiz H. et alii (orgs.). Novos Mapas Culturais Novas Perspectivas Educacionais. Porto Alegre: Sulinas, 1997.
- SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1991.
- SILVA, Tomaz Tadeu. O que Produz e o que Reproduz em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. Cap. 8 - Divisão social do trabalho - Divisões educacionais.
- UNESCO, Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: visão e ação. Paris, Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, 1998.
- VARELA, Simone. A concepção de tempo no livro didático de História submetida à lógica do mercado. Maringá: UEM, 2004. p. 223. (Dissertação de Mestrado).
- VYGOTSKY, Lev S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.